

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 053/2019

Inexigibilidade Nº 012/2019

Processo Administrativo nº 1.452/2019

O **MUNICÍPIO DE SERRINHA**, Estado da Bahia, Pessoa jurídica de direito público interno, neste ato, representado pelo seu Prefeito Sr. **ADRIANO SILVA LIMA**, portador do R.G nº 05.820.947-63 SSP/BA e CPF nº 912.972.575-53, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Campos Filho, 140, Centro, CEP 48.700-000, neste município, inscrito no CNPJ sob nº 13.845.086/0001-03, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado como **CONTRATADA** a empresa **GUEDES EVENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 28.856.846/0001-47, com sede na Avenida Tancredo Neves, 909, Edifício André Guimarães Business Center, Sala 1.211, Caminho das Árvores, Salvador, Bahia, CEP 41.820-021, representada pelo Sr. Sandro dos Santos Matos, CPF sob nº 538.228.705-87 e RG 4.435.103-85 SSP BA, com base no art. 60, inciso III, da Lei Estadual nº 9.433/2005, nas normas contidas no Processo de Inexigibilidade nº 012/2019, pelas Leis Federais nº 8.666/93, 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), pela Lei Estadual nº 9.433/2005, e posteriores alterações, e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, firmam o presente contrato, nas condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente contrato a apresentação da banda Bandana no dia 24 de junho, no Estádio Municipal Mariano Santana, durante os festejos do São João de Serrinha 2019, com duração de 02 (duas) horas.

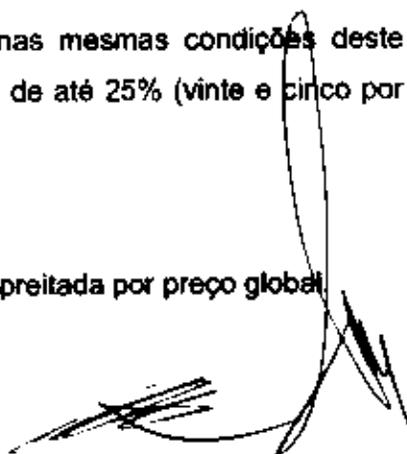
PARÁGRAFO ÚNICO. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões na prestação dos serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

O presente contrato subordina-se ao regime de execução de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a. Apresentação de acordo com o objeto deste contrato;





- b. Responsabilizar-se pelos prejuízos ou danos causados ao Município ou a terceiros na execução deste contrato;
- c. Fiel cumprimento das obrigações ora assumidas;
- d. Assumir todo e qualquer prejuízo decorrente da não execução dos serviços a que der causa;
- e. Atender às solicitações extras da Contratante em decorrência de fatos excepcionais e/ou justificáveis.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a. Possibilitar à Contratada condições que lhe permitam o perfeito desenvolvimento dos serviços contratados, incluindo estrutura de palco, som, luz e camarim;
- b. Pagar as despesas inerentes ao contrato nas condições estipuladas;
- c. Acompanhar e verificar a perfeita execução deste contrato, em todas as suas fases, até seu término;
- d. Informar, por escrito, toda e qualquer alteração nos prazos e cronogramas da execução do serviço contratado;
- e. Garantir a segurança da Contratada e seus músicos, bem como dos equipamentos/instrumentos, da entrada até a saída dos mesmos no local da apresentação do show.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O presente contrato tem o seu preço global de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a ser pago da seguinte forma: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), até o dia da apresentação do show, e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em até 30 (trinta) dias a contar da apresentação do show, e após emissão da nota fiscal de prestação de serviços.

§1º Encontra-se incluso no valor supra mencionado todos os custos necessários à prestação dos serviços contratados, à exceção dos custos referentes à alimentação e hospedagem.

§2º A falta do pagamento de parcela a que se refere esta cláusula implicará em multa na ordem de 2% (dois por cento) sobre o valor da mesma, além da incidência de 1% (um por cento) por mês de atraso a título de juros.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte programação.



Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
68.001	2008	33.90.39	00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO

Reconhecidos os direitos da Administração Pública, este contrato poderá ser rescindido ainda:

- I. pela inadimplência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal forma que não subsista condições para a continuidade do mesmo;
- II. pela superveniência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal forma que não prosseguimento de sua execução.

Parágrafo único. As partes poderão, também, alterar esse instrumento de contrato, através de Termo Aditivo a ele, onde se observem as regras previstas na legislação contratual específica sobre o assunto, assim como prorrogá-lo quando do seu vencimento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Caso o CONTRATADO, por motivo de força maior, fique temporariamente impedido de cumprir, total ou parcialmente, as suas obrigações, deverá comunicar o fato imediatamente à fiscalização, ainda que verbalmente, ratificando por escrito.

§ 1º Na ocorrência de motivo de força maior, o contrato será suspenso enquanto perdurarem os seus efeitos, podendo qualquer das partes propor o distrato, ficando o contratante obrigado ao pagamento da importância correspondente ao valor dos serviços já executados.

§ 2º O CONTRATANTE e a CONTRATADA não responderão entre si por atraso decorrente de força maior.

CLAUSULA NONA – DAS PENALIDADES

A inexecução, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato, sujeitará a parte infratora às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, garantindo a previa e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1º Fica estipulada a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor total do presente contrato para a parte que deixar de cumprir o contrato ou dar motivo a sua rescisão, revertendo o valor da multa em favor da parte prejudicada.



§ 2º Pagará igualmente a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato a parte que procede o seu cancelamento, sem justo motivo, estando a menos de 02 (dois) dias da data acordada para a realização do evento.

§ 3º As multas ora estabelecidas não se aplica nos inadimplementos oriundos de calamidade e luto oficial, decretado por autoridade competente do país e acidentes de viagem, devidamente comprovados.

§ 4º As penalidades previstas nesta cláusula não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a arte infratora da responsabilidade por perdas e danos, decorrente das infrações cometidas.

CLÁUSULA DECIMA – VIGENCIA

O presente contrato terá vigência de 90 dias a partir da sua assinatura.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – FORO

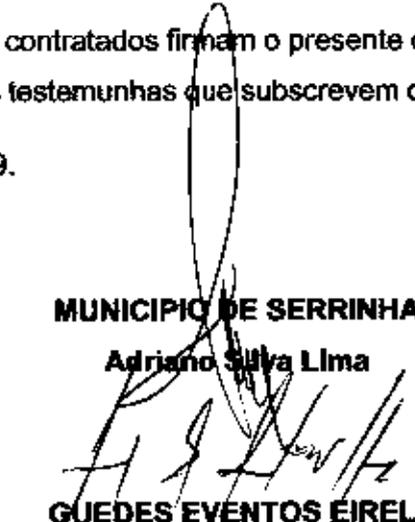
As partes elegem o foro da cidade de Serrinha - BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Serrinha, 09 de maio de 2019.

MUNICIPIO DE SERRINHA

Adriano Silva Lima


GUEDES EVENTOS EIRELI

Sandro dos Santos Matos

TESTEMUNHAS:

